

*Veto sem validade por  
ter sido assinado após  
prazo definido no Artigo 49  
da Lei Orgânica.*

Projeto de Lei nº 34/93

**Câmara Municipal de Campos Altos**

*Rubens Takashi Iwano*  
**Rubens Takashi Iwano**  
Presidente

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Executivo Municipal honrar os contratos firmados em administrações anteriores, estabelece critérios e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Campos Altos decreta :

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal obrigado a cumprir e honrar os contratos firmados com administrações anteriores, independentes de sua natureza, que ainda se encontrem na vigência de seus prazos, salvo

I - Comprovar-se a malversação ou desvio de recursos públicos;

II - Não atender as especificações técnicas a que se destina, nem ao interesse público em suas finalidades;

III - Descumprir as exigências legais em licitações, concorrências, tomadas de preço, carta-convites, ou se forem constatadas influências diretas ou indiretas sobre os resultados desses processos.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala de Reuniões Jairo Correia da Silva,  
02 de maio de 1993

**Câmara Municipal de Campos Altos**

*Rubens Takashi Iwano*  
**Rubens Takashi Iwano**  
Presidente

*Renato Caporali Cordeiro*  
**Renato Caporali Cordeiro**  
Vereador

Aprovado em 04 / 08 / 93

Projeto Lei N.º 34/93

*Veto, nesta data, o presente  
Projeto de Lei e sua respec-  
tiva emenda, nos termos da  
exposição de motivos contida  
no Ofício 364/93 de 18/10/93  
EM 18/10/93. Vitor dos Santos*

*Vitor dos Santos*  
**VITOR DOS SANTOS**  
PREFEITO MUNICIPAL

*APROVADO*

*João Roberto Pereira*  
*Dina Pibeiro*  
*Luiz Dias da Costa*  
*Samir*  
*João*



EMENDA Nº 01 A PROPOSIÇÃO DE Nº \_\_\_\_\_

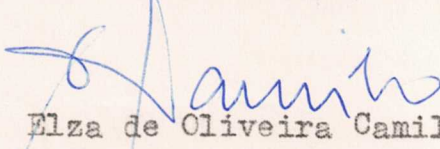
Acrescente-se ao artigo 1º o seguinte parágrafo:

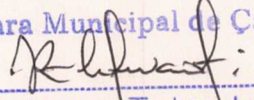
Art. 1º .....

§ Único - Fica o Executivo Municipal excluído da obrigatoriedade de cumprir e honrar os contratos firmados com administrações anteriores, nos casos em que os projetos e recursos sejam advindos da União ou do Estado e cujos recursos são apenas administrados pelo Poder Público Municipal.

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA - A emenda concilia o propósito do projeto ( ao deferir poder disciplinar na aplicação dos recursos públicos) com a prudência que a imposição de qualquer penalidade requer. Não se nega ao Executivo o poder de ser precavido ao iniciar uma obra. Defere-se-lhe, porém, poder disciplinar para não concluir uma obra cujos recursos e projeção não é da responsabilidade do Poder Municipal. Introduz a emenda, outrossim, a obrigatoriedade do cumprimento de obras e contratos iniciados pelo ~~Executivo~~ ou administração anterior, desde que a forma de execução não seja contrária a lei e ao interesse público.

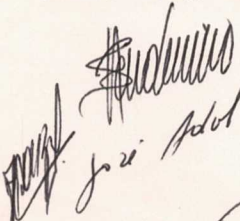
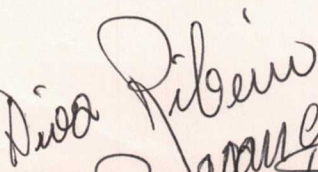

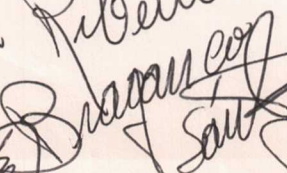
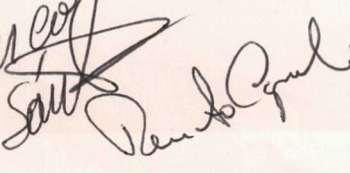
  
Elza de Oliveira Camilo  
Vereadora.

Câmara Municipal de Campos Altos  
  
Rubens Takashi Iwano  
Presidente

APROVADO

Aprovado em 04 / 08 / 93

Projeto Lei N.º 34/93



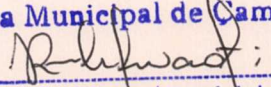
### Justificativa

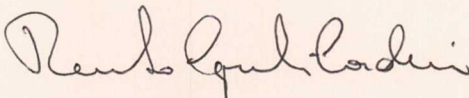
O presente Projeto de Lei tem por objetivo básico garantir o processo de continuidade administrativa entre as diversas gestões municipais. Assim, a comunidade terá meios legais para garantir que obras iniciadas durante uma gestão sejam assumidas e finalizadas pela gestão seguinte, evitando que disputas políticas entrem o término de obras.

Quando uma obra é iniciada e abandonada antes de seu término, verifica-se um duplo ônus para a sociedade. Primeiro, porque priva a população ou parte dela de usufruir daquela obra ou serviço. Segundo, porque resulta em desperdício do dinheiro público, uma vez que a obra ou serviço, inacabado, não pode ser utilizado pela população, enquanto os materiais usados neles se deterioram gradativamente e até se tornarem imprestáveis.

O presente Projeto de Lei fornece um instrumento para que a população possa fazer valer seus interesses e direitos quanto à continuidade dos investimentos públicos, colocando-os acima das eventuais divergências de interesses entre grupos políticos que se alternam no poder municipal. Este Projeto tem por objetivo portanto o aprimoramento da prática democrática e o aperfeiçoamento das relações políticas.

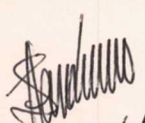
Câmara Municipal de Campos Alto:

  
Rubens Takashi Iwano  
Presidente



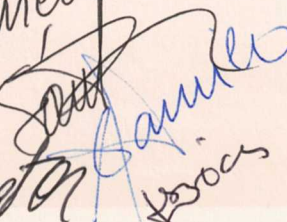
Renato Caporali Cordeiro  
Vereador

APROVADO

  
João Roberto Feneiro

Aprovado em 04 / 08 / 93

Projeto Lei N.º 34/93

  
Divaldo Ribeiro  
  
Luiz Dias da Costa  
  
Paulo Sérgio







Projeto Lei N.º 34/93





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

SALA DE SESSÕES — "JAIR CORRÊA DA SILVA"

RUA MARIA RITA FRANCO, 290 - TEL.: (037) 426-1287 - CEP 38.970 - CAMPOS ALTOS - MINAS GERAIS

OFÍCIO N.º: 73/93

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 34/93

SERVIÇO : Gabinete da Presidência

DATA : 04 de novembro de 1993

Sr. Prefeito,

Com relação ao veto ao Projeto de Lei nº 34/93 temos a seguinte consideração a fazer:

1º - O Artigo 49 da Lei Orgânica de Campos Altos determina em seu caput que o Prefeito disporá de quinze dias úteis, contados da data de seu recebimento para vetar ou sancionar ;

2º - O parágrafo 2º do Inciso II do mesmo Artigo estabelece que o silêncio do Prefeito, decorrido o prazo, importa sanção.

Sendo assim, de acordo com nossa Lei Orgânica, esta Lei entrou em vigor no dia 26 de Agosto de 1993 e o veto , Leito no dia 18 de Outubro de " 1993, não tem validade legal por ter ultrapassado o prazo legal estabelecido em nossa Lei Orgânica.

Sendo só o que tenho para o momento agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Rubens Takashi Iwano  
Rubens Takashi Iwano  
Presidente

Sinval Alves Cordeiro  
Sinval Alves Cordeiro  
Vice- Presidente

Adel Calixto de Souza  
Adel Calixto de Souza  
Secretário



73/93

Projeto de Lei nº 34/93  
Gabinete da Presidência  
04 de novembro de 1993

Sr. Prefeito,

Com relação ao veto ao Projeto de Lei nº 34/93 temos a seguinte consideração a fazer:

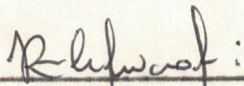
1º - O Artigo 49 da Lei Orgânica de Campos Altos determina em seu caput que o Prefeito disporá de quinze dias úteis, contados da data de seu recebimento para vetar ou sancionar ;

2º - O parágrafo 2º do Inciso II do mesmo Artigo estabelece que o silêncio do Prefeito, decorrido o prazo, importa sanção.

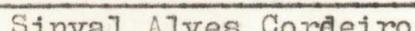
Sendo assim, de acordo com nossa Lei Orgânica, esta Lei entrou em vigor no dia 26 de Agosto de 1993 e o veto , Leito no dia 18 de Outubro de " 1993, não tem validade legal por ter ultrapassado o prazo legal estabelecido em nossa Lei Orgânica.


Sendo só o que tenho para o momento agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,



Rubens Takashi Iwano  
Presidente

  
Sinval Alves Cordeiro  
Vice- Presidente

  
Adel Calixto de Souza  
Secretário